

Ditadura Militar na Bahia: a história de uma família de mulheres guerreiras

Military Dictatorship in Bahia: the story of a family of women warriors

Angelita de Souza Leite¹

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciência Humanas – UNEB/DHC
Caetitê, BA, 46400-000, Brasil

Camila Lima Brito²

Colégio Municipal Professor Eleutério Tavares
Caculé, BA, 46300-000, Brasil

Resumo: A Ditadura Militar no Brasil deixou marcas na história de muitas famílias que sofreram perseguições, torturas e mortes provocadas pelas ações desse regime opressor. Escrever sobre essas histórias significa dar visibilidade àquelas que tanto contribuíram para a democratização do país. Desse modo, o objetivo deste artigo é contar a história de uma família baiana, constituída por seis mulheres, com foco em três delas, que residiu em Salvador-BA e que vivenciou na “pele” a crueldade desse regime autoritário nos anos de 1971 a 1972. Parte da história dessas mulheres encontra-se em dois dossiês disponíveis no Arquivo Público da Bahia, referentes ao período de agosto 2013 a abril 2016. Para a análise dos documentos, baseamos-nos nas obras dos seguintes autores: Perrot (2007), Trouillor (2016), Colling (1997, 2004), Teles (2014, 2015). Concluímos que contar a história dessas mulheres contribui com o rompimento do silêncio histórico que tentou apagar seu protagonismo na luta pela garantia dos direitos civis.

Palavras-chave: direitos civis; ditadura; família; silêncio; mulheres.

Abstract: The Military Dictatorship in Brazil left its mark on the history of many families who suffered persecution, torture and death caused by the actions of this oppressive regime. Writing about these stories means giving visibility to those who contributed so much to the democratization of the country. The aim of this article is to tell the story of a Bahian family made up of six women who lived in Salvador, Bahia, between 1971 and 1972 and experienced the cruelty of this authoritarian regime. The text focuses on the experiences

¹ Graduação em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1998). Mestrado em Educação Científica pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2014). Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação/UFMG (2021). Professora adjunta no Departamento de Ciências Humanas – DCH VI da Universidade do Estado da Bahia. Pesquisa na linha de História da Educação, formação de professores e professoras que ensinam Matemática. Também tem interesse em estudos relacionados à História da Educação Matemática, Gênero, Mulheres. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6619-8000>. E-mail: aleite@uneb.br.

² Graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado da Bahia (2023). Professora do Colégio Paulo Freire e do Colégio Municipal Professor Eleutério Tavares. Monitora do projeto de IC “Mapeamento dos percursos (auto) formativos de mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil militar na Bahia” (2022-2023). Pesquisas na área da história de mulheres e na história da educação. Também possui interesse na área de educação matemática. Atualmente pesquisando sobre o processo formativo de mulheres baianas presas/prosseguidas durante a ditadura militar. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4075-5514>. E-mail: camilalimabrito77@gmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

of three of these women, whose story is recorded in two dossiers available at the Public Archives of Bahia, with clippings from August 2013 to April 2016. To analyze the documents, we used the works of the following authors: Perrot (2007), Trouillor (2016), Colling (1997, 2004), Teles (2014, 2015). We conclude that telling the story of these women helps to break the historical silence that tried to erase their leading role in the struggle to guarantee civil rights.

Keywords: civil rights; dictatorship; family; silence; women.

1. Introdução

A ditadura civil militar brasileira (1964-1985) remete-nos a um período obscuro da história, pois não preservou homens e mulheres que resistiram ao regime autoritário e ditatorial, os quais foram para as ruas, criaram organizações, participaram dos movimentos estudantis, filiaram-se a partidos políticos, protegeram amigos engajados nos movimentos, enfim aqueles e aquelas que lutaram (in)diretamente em combate ao regime antidemocrático.

Nesse contexto, é importante salientar que o Estado Brasileiro vivia sob um regime político baseado na teoria de uma política da doutrina da segurança nacional. Isso implicava em inibir o potencial criativo e mobilizador de qualquer pessoa ou grupo de pessoas que se encontrassem no meio do povo, ou reunidos em espaços considerados suspeitos, e que pudessem ameaçar a ordem nacional definida e defendida pelos militares. Vale lembrar que havia apoio de parte da população civil, que acastelava a ditadura e denunciava qualquer movimento ou pessoa que julgavam suspeitos.

Os princípios do Estado de Direito foram invertidos, assim todos e todas passaram a ser considerados sujeitos passíveis a investigações, até que provassem o contrário. Evidencia-se que a coibição política não resguardava mulheres e homens que buscavam combater e criar novos mecanismos de organização, de luta contra o regime civil militar, em defesa do estado de direito do povo brasileiro, os quais resistiram ao regime político da época.

Nesse sentido, ao tratar a respeito da resistência à ditadura, não podemos deixar de mencionar a participação ativa e o protagonismo feminino, constatados em diversas frentes, seja no movimento estudantil, de partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas. Enfim, elas estavam presentes nos movimentos de luta por um estado democrático de direito.

Muitas mulheres foram forçadas, nesse cenário, como mães, filhas e, acima de tudo, como mulheres protagonistas da história. Estas foram à luta com os seus conhecimentos políticos, pegaram



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

em armas, “gritaram” nas praças pelo direito de justiça dos seus filhos e filhas, em meio a um cenário machista, ditatorial defendido pelo regime militar, que apregoava o dever do silêncio às mulheres; no entanto, elas lutaram, clamaram e provocaram mudanças de diversas ordens – fizeram história. Diante disso, Colling (1997) denuncia que os estudos sobre a ditadura civil militar reforçavam que os principais protagonistas eram as figuras masculinas, de maneira que a atuação política das mulheres foi ignorada. Entretanto, Colling (2004) ressalta que as pesquisas ligadas a questões de gênero e às ditaduras ganharam destaque, devido às perspectivas historiográficas, que passaram a rever as abordagens sobre sujeitos ‘subalternos’ e sobre as minorias excluídas dos seus direitos humanos, em constante construção de conhecimento histórico, a partir da teoria da História Vista de Baixo e da História das Mulheres (Thompson, 2001).

A história das mulheres, sempre “escondida”, deixada de lado, pouco valorizada e pouco relatada em livros e fontes históricas, constitui-se de memórias que, por longos anos, foram abandonadas.

Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: *o silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas (Perrot, 2007, p. 17).

Como reflete Michelle Perrot (2007), em seu livro intitulado *Minha História de Mulheres*, muitas vezes há um silêncio nas fontes que tratam sobre as mulheres, como se estas não tivessem deixado importantes vestígios, ou como se os escritos femininos fossem menos relevantes, sendo poucos os escritos principalmente a respeito da participação feminina no contexto da ditadura no Brasil. O silêncio da história também se destaca no contexto escolar, onde quase não se aborda o protagonismo da mulher, em especial nos livros didáticos. À vista disso, de acordo com Michelle Perrot (2007, p. 16), “Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”, para, assim, dar destaque à história que vem sendo negada por décadas, na sociedade brasileira.

No contato com o acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPs) da Bahia e no levantamento de pesquisas sobre a atuação e o processo formativo das mulheres baianas que participaram ativamente dos movimentos contra a Ditadura Militar no Brasil, deparamo-nos com personagens da história de uma mesma família constituída por mulheres que vivenciaram as dores



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

provocadas pelos torturadores. Esses grupos de militares, torturadores, eram treinados em cursos, cujo objetivo era torná-los especialistas em realizar torturas e tinham seus certificados incluídos ao currículo, sendo preparados para torturar pessoas que fossem suspeitas de atividades subversivas, de traição à pátria, que viessem abalar a ordem nacional.

Parte da história dessas mulheres, mãe e filhas, encontra-se em dois dossiês que narram fatos sobre o vivido por essa família. Na tentativa de compreender a participação das mulheres no contexto da ditadura, sejam elas mãe, filha, irmãs, buscamos, com este artigo, contar a história de uma família baiana, constituída por seis mulheres, com foco em três delas, que residiu em Salvador-BA e que vivenciou na “pele” a crueldade desse regime autoritário nos anos de 1971 a 1972.

Os dossiês mencionados anteriormente veiculam informações sobre vivências de Nilda de Carvalho Cunha, sua mãe Esmeraldina de Carvalho Cunha e suas irmãs. Esses documentos estão disponíveis no Arquivo Público da Bahia, especificamente o Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Bahia, em seu volume I, referentes ao período de agosto 2013 a abril 2016. Para a análise dos referidos documentos, no intuito de focar na história construída por mulheres, baseamo-nos nas obras dos seguintes autores: Michelle Perrot (2007), Trouillor (2016), Colling (1997, 2004), Teles (2014, 2015).

Pretende-se, então, relatar resultados do desdobramento do subprojeto de IC intitulado “Mapeamento dos percursos (auto) formativos de mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil militar na Bahia”. Esse subprojeto faz parte de um projeto maior, nomeado “A relação mulheres - educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)”, desenvolvido por pesquisadoras vinculadas à instituição superior do Nordeste do Brasil, coordenado pela professora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UFEP), que busca investigar as trajetórias formativas de mulheres no intuito de conhecer e compreender processos de (auto)formação, militância política e profissionalização de mulheres que foram presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil militar na Bahia.

A primeira ação do projeto, a fim de apresentar e resgatar as histórias das mulheres presas, perseguidas, mortas e/ou desaparecidas no estado da Bahia, foi realizar um mapeamento das mulheres cujos nomes e dados pessoais tivessem registro nos arquivos do Dops da Bahia. Dessa maneira, é importante frisar que neste texto abordaremos a história de uma mãe e cinco filhas, cujos nomes aparecem em documentos do Dops da Bahia. Uma família feminina, composta por mulheres



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

fortes e persistentes, que chamaram nossa atenção durante os estudos sobre o processo formativo das mulheres que foram presas, perseguidas, mortas e/ou desaparecidas na Bahia durante o período da Ditadura Militar. Trata-se de uma história que precisa ser escrita e lida, pois são vivências que representam a importância da mulher na história daqueles e daquelas que combatiam o regime ditatorial brasileiro.

2. A mulher e a Ditadura Civil-Militar

A ditadura civil militar na Bahia foi vivenciada assim como em outros estados brasileiros, tendo seu ápice nas cidades de Salvador e Feira de Santana, onde os registros sinalizam que o golpe de 1964 atingiu diferentes esferas sociais e muitos foram aqueles que decidiram militar e resistir ao regime político autoritário. Conforme ocorreu em todo país, não apenas os homens foram à luta, muitas mulheres também participaram deste período de resistência. Ser mulher na ditadura militar não fora tarefa fácil, ainda mais para aquelas que transpassaram seu papel de mãe, esposa e dona de casa e assumiram um lugar de resistência na luta armada.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Causava estranheza aos conservadores que mulheres invadissem um campo que, segundo eles, não é o seu (Colling; Cavalcanti Junior, 2019, p. 49).

Na ditadura militar, a mulher que assumia papéis nos movimentos de resistência era vista como transgressora dos princípios sociais destinados às mulheres na época. Estava errada, à vista do governo, não somente por se opor às ordens maiores, como também por adentrar um ambiente considerado masculino. Mesmo diante de grandes adversidades, muitas mulheres não desistiram e saíram às ruas, tanto por desejo próprio de justiça e igualdade como influenciadas por seus maridos, namorados, pais, amigos e familiares – muitas são as mulheres que até os dias de hoje se encontram no anonimato.

Ao realizar o processo de mapeamento das mulheres presas, perseguidas, mortas e/ou desaparecidas na Bahia, as fontes localizadas no acervo on-line do Arquivo Público da Bahia, um acervo do Dops com mais de três mil pastas do Fundo CEV, organizadas sob a visão daquele que



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

guarda os documentos, que não nos compete julgar, visto que há muitas lacunas, sentimos falta das fichas de prisões, dos inquéritos, de interrogatórios. No entanto, nesse conjunto de fontes também foi constatada a ausência de documentos sobre a participação das mulheres. Ali, como em outros arquivos, existe um silenciamento das fontes históricas, mas, ainda assim, encontramos pistas, indícios que nos permitiram elaborar uma compreensão acerca da história das mulheres no contexto histórico da ditadura militar.

A ausência e o silenciamento das fontes históricas constituem uma temática de grande relevância e muito complexa atualmente. Trouillor (2016), em seu livro *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*, reconhece que “silêncios ingressam no processo de produção histórica” (Trouillor, 2016, p. 57), e identifica quatro momentos em que geralmente ocorre esse silenciamentos dos arquivos: 1. O momento da criação do fato (na elaboração das fontes) – é possível perceber o reflexo das influências dos interesses políticos, econômicos ou sociais, que resultaram em lacunas ou distorções das narrações históricas; 2. O momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos) – ao organizar os documentos históricos que devem ser preservados, aqueles ou aquelas que estão executando essa tarefa podem estabelecer critérios de seletividade, ocultando eventos ou perspectivas; 3. O momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas) – a produção de fontes, arquivos e narrativas históricas pode ser tendenciosa, muitas vezes privilegia determinados grupos ou acontecimentos em relação a outros; 4. O momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância) – a histórica, muitas vezes, ajuíza os fatos, os eventos sob o olhar do dominante, negligenciando, ocultando a perspectiva daqueles e daquelas considerados subalternos.

É importante compreender que esses momentos consistem em “ferramentas conceituais, abstratas segundo o nível de processos que se alimentam uns dos outros” (Trouillor, 2016, p. 57). Enfatizamos que o autor nos ajudou a compreender que os silêncios das fontes não podem ser desconsiderados, que não são iguais, que não podem ser eliminados, enfim entendemos que as narrativas históricas dos documentos constituem um “conjunto de silêncios, o resultado de um processo singular, e a operação necessária para desconstruir estes silêncios variará de acordo com eles” (Trouillor, 2016, p. 57). As fontes precisam ser ouvidas, apreciadas com atenção para elaborar uma nova compreensão dos fatos a partir do que a fonte nos diz no silêncio, nos pequenos indícios que foram deixados por quem salvaguardou os documentos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Poucos são os documentos e produções científicas que trazem dados sobre a participação das mulheres nos movimentos contra a ditadura civil militar na Bahia. Em nossas buscas por produções científicas que pudessem ajudar nas análises dos documentos, pudemos constatar que até final do século XX as histórias que foram forjadas sobre a ditadura estão limitadas a uma visão masculinizada dos fatos, insistindo no homem como protagonista da situação, sendo aquele que persegue e que é perseguido.

A participação das mulheres nos movimentos de resistências política passa a ganhar destaque a partir da entrada do século XXI, quando começam a surgir produções como artigos, dissertações, teses, livros, como *Três Mulheres e uma história de luta pela democracia e liberdade*, de Ary Albuquerque Cavalcanti Junior (2019), *Mulheres na ditadura: agenciamentos de lutas e resistências*, organizado por Ilsyane do Rocio Kmitta, Suzana Arakaki e Tânia Regina Zimmermann (2022), o texto *Memória e livros didáticos: as mulheres contra a ditadura*, de Vanderlei Machado (2010), entre outros, que revelam nomes, histórias e a participação ativa e o protagonismo de várias mulheres. Dessa maneira, passa-se a registrar as diferentes formas de atuação das mulheres, seja nos movimentos estudantis, partidos, sindicatos, panfletagem, proteções a militantes e organizações clandestinas, “desafiando o papel de passividade e domesticidade que a sociedade da época lhes atribuía e enfrentando o machismo latente em toda sociedade³”.

A participação ativa e protagonista das mulheres no contexto da ditadura civil-militar foi marcada pela atuação do órgão público da repressão política, e não podemos abandonar a ideia de que a atuação machista também estava presente nas organizações de esquerda, impossibilitando as ações das mulheres nos movimentos que combatiam a ditadura. Logo, observamos que a história nega uma significância de glória e afirma um silêncio significativo quanto à participação feminina, uma vez que, naquele contexto, mesmo nos grupos dos seus pares, era negado o direito à participação ativa das mulheres. Nesse sentido, Teles (2014, p. 14) enfatiza que as mulheres “Enfrentaram o machismo da esquerda, seja na luta armada, nas greves operárias ou nos movimentos populares nas periferias e nas áreas rurais. Enfrentaram a truculência de cunho patriarcal e racista da repressão política”.

³ Informação disponível no site Memórias da ditadura, no texto intitulado *Mulheres, repressão e resistência*. Disponível em: <https://memoriasdadtadura.org.br/mulheres-resistencia-e-repressao/>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

As mulheres sofreram com as relações de desigualdade na participação política, social, econômica e cultural entre mulheres e homens, independente de classe social, faixa etária, raça/etnia. Daí a necessidade de abordarmos a história dos delitos cometidos contra as mulheres, durante o regime civil militar, bem como a atuação e o processo formativo dessas mulheres, para, assim, elaborar compressões a respeito desses delitos/crimes, os quais possuíam conotação de violência aos direitos humanos de homens e mulheres.

Nesse contexto, Teles (2015) ressalta que em relação às mulheres os delitos/crimes eram caracterizados pela antipatia dos opositores, ao ódio às mulheres, marcadas pela condição de ser mulher, como a gravidez, maternidade, o parto, o aleitamento materno, o abortamento, a menstruação e, até mesmo, o fato de serem simplesmente mulheres. Em decorrência disso, foram humilhadas, abusadas, desrespeitadas pela coibição política e tiveram a sua condição de ser mulher usada como um recurso para torturas e violência pelos agentes de Estado que usavam a “condição feminina para acirrar todo o processo de repressão contra a população, inclusive para executar os sequestros, as torturas e os assassinatos” (Teles, 2015, p. 507).

Todas essas questões relacionadas à condição de ser mulher, a falta de dados sobre a participação ativa das mulheres no regime civil militar, a violação dos direitos humanos das mulheres são aspectos que chamaram a atenção, uma vez que nos arquivos do DOPs da Bahia os documentos ali salvaguardados se destinam a preservar a história da participação masculina. Desse modo, poucos são os documentos em que a participação das mulheres é registrada com o mesmo foco que é dado ao homem; o que se nota nos documentos do DOPs da Bahia, no que se refere aos registros das prisões, de interrogatórios, de torturas, de desaparecimentos, é uma invisibilidade das mulheres em detrimento dos homens.

A ausência ou a destruição dos documentos que apontariam o quão importante foi a militância feminina na Bahia tem impossibilitado a realização de uma das ações do projeto, que consiste em identificar o processo formativo das mulheres presas e perseguidas politicamente. Com base na documentação do Dops verifica-se que muitos dos nomes que se encontram na lista do mapeamento, realizado durante a pesquisa, foram localizados em inquéritos, dossiês e processos das figuras masculinas sob investigação, desaparecidos e/ou mortos. Poucos são os documentos que abordam a trajetória de mulheres, o que torna complexo compreender a atuação das mulheres de acordo com os registros oficiais do DOPs.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Diante desta constatação, Michele Perrot (2007) assim assevera:

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é freqüentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios (Perrot, 2007, p. 21).

Em meio à escassez de documentos sobre a atuação da mulher, ou que registrassem sua trajetória no período da ditadura, localizamos dois dossiês sobre o pedido de indenização dos familiares de Esmeraldina Carvalho Cunha à Comissão de Mortos e desaparecidos Políticos, ambos realizados por Leônia Alves Cunha, onde se registra parte do sofrimento da família Cunha, com o fim trágico da mãe, Esmeraldina de Carvalho Cunha e da sua irmã caçula, Nilda de Carvalho Cunha. Os dossiês foram enviados à comissão da verdade; além dos documentos pessoais da família, esses dossiês mencionam alguns livros: *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, de autoria de Emiliano José e Oldack de Miranda (1980), e *Iara: Reportagem Biografada*, de Judith Lieblich Patarra (1992), os quais sinalizam a presença da mulher baiana nos movimentos de resistência à ditadura, e os relatos dos profissionais que auxiliaram a filha, Leônia, a montar os dossiês, considerando que a mesma viu-se, por diversas vezes, impossibilitada de apresentar a documentação de pedido de anistia, perdendo prazo em decorrência do sofrimento com as lembranças, ao relatar suas experiências traumáticas. Essas documentações possibilitaram contar uma história sobre a mulher, mãe, filha e irmã no contexto do vivido, do sofrido durante a Ditadura e pós-ditadura. É importante considerar que as questões relacionas ao pós-ditadura não estão no passado, pelo contrário, residem no presente, sua consequência ainda reside nas famílias daqueles que foram torturados, direta ou indiretamente.

Em busca dessa história não poderíamos deixar de refletir sobre os traumas elucidados nos dossiês, por três personagens dessa história: a Mãe, Esmeraldina Cunha, e duas filhas, Nilda e Leônia. Assim, refletimos sobre trauma conforme a definição Cathy Caruth (2000), ou seja, como “a resposta de um evento ou eventos violentos inesperados ou arrebatadores, que não são inteiramente compreendidos quando acontecem, mas retornam mais tarde em flashbachs, pesadelos e outros fenômenos repetitivos” (Caruth, 2000, p. 111). A autora pondera que o trauma é muito mais do que se pode ver, vai além das aparências, é como um machucado que causa dor, é uma história que se deseja contar, mas não consegue, por abordar um fato difícil de descrever, seja para si mesmo



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

ou para outros, haja vista a impossibilidade de definição por meio da linguagem, essa tão limitada e persistente frente ao irrepresentável.

3. A família Cunha

Muitas vidas foram marcadas pelo período de violência e resistência política no país, tal como ocorreu com a família aqui mencionada, de modo que essas histórias precisam ser contadas. Neste caso, trata-se de uma narrativa que mostra como é forte o amor de uma mãe, assim como essa família (e muitas outras) carrega as marcas deixadas pelo sofrimento, pela convivência com os traumas da violência e perda de seus entes queridos.

Esmeraldina de Carvalho Cunha é a mãe dessa história. Baiana, nascida em 1 de abril de 1922, em Araci-BA, foi casada com Tibúrcio Alves Cunha, com quem teve cinco filhas: Leônia Alves Cunha, nasceu em Araci-BA em 16 de setembro de 1947; Lubélia Cunha Costa Pinto, nasceu Araci-BA em 21 de junho de 1949; Lucia Bernadeth Cunha, nasceu em Feira de Santana-BA em 20 de dezembro de 1944; Maria de Lourdes Cunha, nasceu em Feira de Santana-BA em 06 de janeiro, o ano que consta em seu RG é o mesmo em que nasceu Lucia (constatamos nas cópias anexadas ao dossiê relacionado ao reconhecimento da morte de Esmeraldina um erro na data de nascimento das duas irmãs); e Nilda de Carvalho Cunha, nasceu em cinco de julho de 1954 em Feira de Santana-BA. Esmeraldina era divorciada do marido, no período da Ditadura Civil Militar Brasileira vivia em Salvador, sempre próxima das suas filhas. Uma mulher forte e perseverante, que viu sua família ser transformada, como tantas outras famílias brasileiras, quando teve sua filha caçula, Nilda de Carvalho Cunha, morta pela repressão militar.

Das filhas de Esmeraldina, Leônia e Nilda foram as que se envolveram diretamente no movimento político da época. Leônia, ainda uma jovem estudante, tornou-se membro do Partido Comunista Brasileiro; tempos depois, a mesma tornou-se membro da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), como muitas outras jovens mulheres brasileira, sempre engajadas aos movimentos de resistência militar. No dossiê de Esmeraldina de Carvalho Cunha, Leônia deixa evidente que serviu de inspiração para sua irmã caçula, Nilda, que passou a integrar os movimentos de resistência à ditadura, embora apresentasse, também, o sentimento de culpa pelas mortes e perseguições ocorridas contra sua família.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Em depoimento apresentando por Leônia Alves Cunha, coletado através do que se domina técnica de anamnese médico-psico-social, que se encontra no Relatório da Comissão Especial (1997, p. 86-90), podemos compreender parte do envolvimento das mulheres da família Cunha com o movimento contra a ditadura civil militar. Lucia Bernadeth Cunha era dona do apartamento na Pituba, local onde Nilda foi presa e Iara Yavelberg, importante militante política, companheira de Lamarca, foi morta. Lúcia chegou a ser presa no mesmo dia, levando seu filho, com alguns meses de vida, na fatídica noite em que ocorreu o cerco ao prédio onde residia, na madrugada do dia 19 para o dia 20 de setembro de 1971. A ação da Operação Pajussara tinha como objetivo capturar Carlos Lamarca, inimigo número um da ditadura militar, e seus comparsas, mas foi libertada horas depois, possivelmente pelas influências de seu marido que, segundo informação de Leônia, era da Polícia Federal.

A filha mais velha de Esmeraldina, Maria de Lourdes Cunha, sofreu torturas psicológicas durante muito tempo por agente do Exército, Major Cerqueira, o que lhe desencadeou problemas emocionais e comportamentais. Segundo Leônia, sua irmã, “de uma jovem executiva, bem-sucedida, bem-casada, transformou-se numa pessoa sujeita a constantes crises depressivas de cunho persecutório, e que vive hoje sem família, isolada e dependente de uma aposentadoria por invalidez para sobreviver”, como consta na página 87, do dossiê da morte de Nilda, apresentado Comissão Especial em 1997.

Nilda de Carvalho Cunha era a filha caçula de Esmeraldina Carvalho Cunha, uma bela jovem de 17 anos, de “sorriso delicado nas faces rechonchudas, quase de bebê. Brilho no alhar, voz musical”, assim a descreve a autora Juidith Patarra, em seu livro *Iara: Reportagem Biografada* (1992, p. 497). Nilda foi militante política no MR-8, estudou no colégio Gastão Guimarães em 1968, em Feira de Santana; no ano de 1969 mudou-se para Salvador, indo morar com Lucia, sua irmã, e nesse mesmo período trabalhou no Banco Econômico da Bahia. Consta nos documentos arrolados ao dossiê elaborado por Leônia que Nilda participou de um curso de filosofia marxista, que muito influenciou nas suas ações políticas. As informações do dossiê nos permitem inferir que o interesse da jovem por questões políticas é uma marca no seu processo formativo, uma vez que se inspirou na Irmã, Leônia, e no amigo Jaileno Sampaio, jovem militante político do MR-8, que conhecera durante o curso de filosofia marxista, o qual tornou-se, mais tarde, seu namorado. Nilda, então, era uma das muitas estudantes do período que se tornaram militantes políticas.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Lubélia, apesar de não terem sido encontrados fatos políticos que a envolvam diretamente, viveu o trágico momento de encontrar sua mãe morta, supostamente enfocada com o fio de uma máquina elétrica, dentro da própria casa.

Portanto, observa-se uma família de mulheres que enfrentaram diferentes desafios e torturas na época da ditadura militar. Um cenário que elucida o quanto diversas famílias sofreram por serem militantes ou por terem amigos e familiares que ousavam lutar. Independente do lugar que ocupavam as mulheres da família Cunha durante e pós-ditadura militar, todas elas vivenciaram experiências traumáticas.

Os dossiês descrevem as experiências traumáticas vividas pelas mulheres da família Cunha, em especial as torturas de ordem moral, psíquica e física sofridas por Nilda, Esmeraldina e Leônia. Assim, a seguir, será descrita a história detalhada do que esta família enfrentou a partir da experiência vivida por Nilda de Carvalho Cunha, que resultou em sua morte.

3.1. Nilda de Carvalho Cunha - a jovem militante política

Os dossiês que tratam do pedido de indenização dos familiares de Esmeraldina Cunha e sua filha, Nilda Cunha, encaminhado à comissão de mortos e desaparecidos políticos, volume I da Comissão da Verdade da Bahia, bem como os livros de Emiliano José e Oldack Miranda (1980) e Judith Lieblich Patarra (1992) apresentam experiências vividas por Nilda. Esta, uma adolescente, aos 16 anos ingressou no mercado de trabalho, quando ainda era estudante, assumindo uma função de estágio remunerado no Banco Econômico da Bahia, em Salvador, e trabalhava com atendimento aos clientes próximo à gerência; era participante de movimentos estudantis, membro do Movimento Revolucionário de 8 de Outubro (MR-8), de curso de filosofia marxista, tendo como inspiração Leônia, sua irmã, a qual, ainda muito jovem, adolescente, também se filiou ao Partido Comunista Brasileiro em 1964, membro da POLOP (Política Operária), e tinha planos de se juntar aos companheiros da Guerrilha do Araguaia.

Um das questões centrais dos dossiês, que não passam despercebidas, são as informações sobre o ocorrido com Nilda e sua mãe Esmeraldina, que resultou em traumas para todas as mulheres dessa família. As narrativas foram apresentadas, décadas depois, por Leônia, em relatos sobre suas experiências e as experiências vividas pela irmã e pela mãe. São relatos de uma mulher traumatizada



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

pelas ações da ditadura civil militar brasileira, sendo visível no documento o reflexo das dificuldades em falar dos fatos vividos. No entanto, ela desconhece sua fragilidade psíquica, o que fica claro ao julgar ser a mais equilibrada emocionalmente para elaborar o dossiê, após conversa com a irmã, Lúcia, para dar entrada no requerimento à Comissão Especial, diante da notícia, em 1996, do possível reconhecimento da morte de Nilda, sua irmã, pelo Governo Federal (Lei nº 9140/95).

Deparamo-nos com um relatório médico-psicológico de Leônia Alves Cunha encaminhado à Comissão Especial, elaborado pela médica-psiquiátrica e membro do Grupo Tortura Nunca Mais/PE. Esta profissional é responsável pelo atendimento médico-psicológico (avaliação, tratamento e acompanhamento) de pessoas que procuram o Grupo quando necessitam de ajuda e são ex-presos políticos, sobreviventes de tortura e maus-tratos, aqueles que sobreviveram às perseguições político-policiais, seus familiares, inclusive aqueles que pertencem às famílias dos Mortos e Desaparecidos Políticos durante o regime militar implantado no país em 1964. Esse relatório decorreu da necessidade de avaliar as dificuldades emocionais apresentados por Leônia, que justificassem o atraso em apresentar o dossiê referente à morte de Nilda para a Comissão Especial criada pela Lei 9140/95.

O fato de Leônia ter influenciado no processo formativo das convicções políticas de Nilda, fosse por adotar as mesmas posições ideológicas, fosse por participar dos mesmos movimentos políticos, tornou-se um fator complicador, que interferiu em suas emoções. Como é possível verificar, em todos os seus relatos se culpa pelos acontecimentos que levaram à morte de Nilda.

Os documentos apresentam um contexto de “presença da ausência” das irmãs de Nilda e Leônia no processo de constituição dos dossiês, mas é na “ausência da presença” que vemos a história ser construída. O sentimento de culpa e a responsabilidade pelos acontecimentos que levaram à morte de Nilda recaem sobre Leônia, embora suas narrativas e a ausência de falas das irmãs nos permitam afirmar que toda a família sofreu de maneira cruel e desumana durante o regime militar, o que ocasionou a destruição quase total daquela família.

Em meio às narrativas sobre o sofrimento das mulheres da família Cunha, Leônia conseguiu juntar documentos ao dossiê que nos permitem inferir sobre o processo formativo de Nilda Alves cunha, que tinha apenas 10 anos quando foi deflagrado o golpe militar em 1964. Ainda adolescente, Nilda participou do baile de debutante, vivenciou a experiência da passagem de menina a mulher.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Os registros mostram que Nilda livremente participou de todas as etapas, com registros em fotos dos ensaios, missa, baile, tudo anexado ao dossiê.

Isso nos revela que em 1969, ocasião do baile, essa jovem vivia sem levantar suspeita perante a sociedade. Conforme dito anteriormente, ainda com 16 anos foi admitida na condição de estagiária do banco Econômico S/A; tempos depois, abandonou o emprego por motivos desconhecidos, retornando após alguns meses, quando foi readmitida, recebendo todos os salários atrasados, fato fora da normalidade. Acredita-se que o fato se deu por influência do gerente da Tradição S/A, Cantídio de Freitas Júnior, companheiro de Lúcia Bernadete, sua irmã. Essa interferência deixou uma lacuna na história, uma vez que através dos documentos analisados não foi possível confirmar qual o verdadeiro papel de Cantídio na família (Dossiê de Nilda, 1996 p. 79).

Nilda foi responsável pelo jornal Avante, realizou um curso de filosofia marxista. Quando militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), morava com seu namorado Jaileno, no bairro do Pituba, no Edifício Santa Terezinha, um lugar bem localizado, próximo ao mar, residência que pertencia a sua irmã Lucia Bernadete, que ajudou a criá-la.

Nas narrativas apresentadas por Patarra (1992, p. 496), Lúcia Bernadete conhecia as “ideias esquerdistas” de Nilda, e que o namorado, Jaileno, era ativista e tinha um histórico de atuação. No entanto, o companheiro de Lúcia, Cantídio, chamava a atenção para as ideias fixas dos adolescentes, ao afirmar: “É perda de tempo a gente meter-se. Isso passa, por bem ou porque tomam na cabeça. E quem sabe têm razão e dá certo?” (Patarra, 1992, p. 496).

Sua participação ativa nos movimentos de resistência era um fato, apesar do anonimato de Nilda, uma jovem de aparência frágil, delicada, meiga, com sorriso inocente, como aparece nas fotos da sua participação no evento do baile de debutantes, ilustrada na Figura 1, que registra a sua participação na missa dos seus 15 anos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

FIGURA 1 - Nilda participa da missa de seus 15 anos



Fonte: Arquivo Público da Bahia - Dossiê da morte de Nilda Alves Cunha.

A debutante, jovem funcionária de banco, era uma menina mulher que trazia preocupações para sua irmã. A fala de Cantídio permite-nos inferir que Nilda, desde a infância, influenciada pela irmã, Leônia, até a adolescência, apresentava ideias esquerdistas. Isto preocupava Lucia, que se irritava com Leônia, por incentivar Nilda a “ideias esquerdistas” que prejudicavam seus estudos. Leônia também preocupava Cantídio, que a alertava do que estava a acontecer:

[...] suspeito de atividades ilegais, contou à cunhada que a polícia encontrara um bilhete numa cabana de praia. Ordenava a alguém que levantasse três milhões de cruzeiros para a compra de armas. – Aconselho que você se afaste, porque Norte e Nordeste estão alertas. E não conte a ninguém que você sabe disso. – E você, como é que sabe? – Um amigo, agente federal, me contou (Patarra, 1992, p. 496).

Diante desse contexto de preocupação de Lúcia e do seu companheiro, Cantídio, compreendemos que Nilda, assim como sua irmã Leônia, eram mulheres de personalidades forte e determinadas, que rompiam com os padrões sociais da época, esperados para jovens mulheres brasileiras.

As narrativas constantes nos documentos apontam que Nilda desenvolvia um papel importante na célula do movimento de resistência, no MR-8, junto com Jaileno, seu namorado, e César Benjamin. Eles tiveram a missão de abrigar Iara, companheira de Lamarca. O desenrolar dessa história possibilita constatar o lado destemido da jovem Nilda, com 17 anos, em ações consideradas crimes de subversão. Consciente ou inocente diante do risco que corria, caso fossem descobertos,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

ou pela crença de que o local onde residia passava despercebido aos olhares dos Militares, Nilda e seus companheiros se mobilizavam na cidade de Salvador, de acordo com o trecho apresentado por Patarra (1992, p. 493):

Em Salvador, foram direto ao ponto. Iara apertava contra si a bolsa — dentro, o pequeno .22. Na sacola, o .38. — Eu vim buscá-la — cumprimentou Nilda, sorriso delicado nas faces rechonchudas, quase de bebê. Brilho no olhar, voz musical. Nilda Alves Cunha, 17 anos, acertara com César, que encontrava regularmente em Salvador, abrigar Iara, chamada Liana. Marcaram datas. O rapaz não apareceu na primeira e Nilda voltou sozinha ao apartamento no bairro da Pituba, moradia da irmã, Lúcia Bernadete.

— Houve algum contratempo. Veremos amanhã.

Desta vez trouxe-a, repetidos táxis, ao pequeno prédio de quatro andares na rua Minas Gerais. De relance Iara leu “Edifício Santa Terezinha” [...].

Iara Yavelberg foi uma importante militante política no cenário da ditadura militar no Brasil. Companheira do Capitão Lamarca, a mesma encontrou refúgio na residência de Lúcia Bernadete através da mediação de Nilda, Jaileno e César Benjamin, com o consentimento de Lúcia Bernadete e seu companheiro, Cantídio. A Pituba seria mais conveniente para abrigar Iara, considerando que seu paradeiro era investigado pela polícia. A presença do bebê, visitas periódicas de Cantídio, compunham a imagem perfeita de uma família pequeno-burguês, o que não levantava suspeitas.

Nilda abrigou Iara na sua residência na Pituba, os demais moradores desconheciam a situação de clandestinidade em que a moça vivia, e a chamavam de Liana – identidade protegida pelos companheiros ativistas. Como já mencionado, o apartamento na Pituba parecia um lugar ideal, as crianças, o casal, a empregada causavam a impressão de um ambiente seguro. Iara passou diversos dias no local e nem ela nem Nilda perceberam os indícios de que um cerco poderia estar sendo montado.

O momento de “tranquilidade” aparente que a família Cunha vivia teve fim na noite do dia 19 para o dia 20 de agosto de 1971, provavelmente por vazamento de informações, muitas vezes realizados pela classe média, com parentescos entrecruzados, o que resultou no cerco ao prédio da Pituba, uma das ações da Operação Pajussara.

Os relatórios da comissão da verdade da Bahia, em seu volume I, e o da comissão Nacional da Verdade dão conta dessa atuação do Destacamento de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de Salvador, referente ao cerco em torno do apartamento no Edifício Santa Terezinha, na Pituba, em busca e apreensão de Nilda, Jaileno César Benjamin e



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Salgado, companheiro do ativista Lamarca, conforme podemos verificar na fala do coronel Luiz Arthur de Carvalho, quando julgou cumprida a missão. “Presos Jaileno e Nilda, [...]. Infelizmente faltavam César e Salgado. Bem, cedo cairiam”; essa fala nos permite compreender que o cerco não tinha como alvo de apreensão Iara, de fato ela passou despercebida quando ali esteve.

Nilda e Jaileno, seu namorado, foram presos em meio às bombas e gases lançados, levados para o Quartel do Barbalho, onde passaram por inúmeras torturas. Primeiramente, Nilda foi interrogada pelo Delegado Fleury, temido militar da época, torturador e que matou Marighela, como podemos observar no livro de Emiliano José e Oldack Miranda (1980).

— Você já ouviu falar de Fleury?

Nilda empalideceu, perdia o controle diante daquele homem corpulento.

— Olha, minha filhinha, você vai cantar na minha mão porque passarinhos mais velhos já cantaram. Não é você que vai ficar calada. [...].

— Mas eu não sei quem é o senhor...

— Eu matei Marighela.

Ela entendeu e foi perdendo o controle. Ele completava:

— Vou acabar com essa sua beleza — e alisava o rosto dela (José; Miranda, 1980, p. 129).

A partir daquele momento, a vida da jovem de 17 anos tornou-se um suplício. Ela sofreu com ameaças seguidas, principalmente por parte do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, odiado pelos presos político, que a obrigava a ouvir os gritos dos torturados, inclusive de seu amor, Jaileno; era apavorada com as ameaças sexuais; via-se sozinha em um lugar deserto, entrava em pânico. Foi levada com olhos vendados ao necrotério Nina Rodrigues, para onde o corpo de Iara teria sido levado, posteriormente, e lá chegando, à noite, deparou-se com o corpo de Iara, estando com uma venda em seus olhos, um de seus braços teria sido introduzido no ventre de Iara, já aberto sobre uma mesa do necrotério. Ato contínuo, foram acesas as luzes, apavorando a jovem que começara a gritar, segundo seu próprio relato ao advogado – dali em diante foi sua *via crucis*. Para Nilda foi a uma das torturas mais terríveis às quais foi submetida: ser obrigada a tocar naquele corpo frio e gelado da companheira Iara (Dossiê de Nilda, 1996).

Durante o tempo em que permaneceu na prisão passou por inúmeras torturas, inicialmente no Quartel do Barbalho e, logo após, foi transferida para a Base Área de Salvador, onde ficou incomunicável. Nilda resistiu e foi solta no início do mês de novembro, fato duvidoso e que causou surpresa a todos. Segundo o depoimento de seu advogado, no dossiê de sua morte, a soltura de Nilda



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

não era esperada, uma vez que a mesma não havia sido julgada pela auditoria. Nesse mesmo depoimento, o advogado traz uma forte fala da moça a seus familiares, Nilda teria dito que “ia ser posta em liberdade para morrer, porque sabia demais. [...] vocês não podem imaginar como isso é terrível demais” (Dossiê de Nilda, 1996, p. 71).

Os relatos de Leônia sobre os dias em que irmã, Nilda, esteve na prisão, mostram que a moça, assim como todos os presos e presas políticos/as, em situação de tortura, esteve imobilizada e que nada, nem ninguém, poderia mudar a história do que acontecera ao corpo daquela jovem nos meses que se encontra diante do torturador, que exercia o poder através da agressão ao corpo imobilizado. O corpo destroçado do torturado, física e psicologicamente, vivencia a experiência do medo, desencadeado diante do desconhecido, das agressões morais, psíquicas e da tortura, cujos gritos do torturado ecoam pela sala de tortura, lugar secreto onde os presos eram recebidos, lugar de sofrimento do torturado e prazer do torturador.

Esse processo dos traumas pós-tortura acompanhou Nilda depois da experiência de estar presa até a sua soltura. Leônia narra diversos momentos que asseveram os traumas de Nilda; um deles foi quando juntamente com sua mãe, Esmeraldina, foi visitar seu namorado, Jaileno, que ainda estava preso, porém não obteve autorização para vê-lo. A partir daí a jovem passou a sofrer com as sequelas da tortura, tendo episódios de cegueira, depressão, riso descontrolado, não conseguia dormir, pois tinha medo de morrer dormindo.

A frequência dos sintomas demonstrou que Nilda precisava ser internada em uma clínica hospitalar Amepe, para fazer um tratamento de sonoterapia prescrito pelo seu médico, Dr. Eduardo Sabac. Todavia, nem lá obteve paz, uma vez que recebeu a visita do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, o mesmo que havia participado de sua tortura e que a ameaçou: “Dona Nilda, acabe com essas frescuras, senão a senhora vai voltar para aquele lugar, aquele lugar que a senhora sabe!”.

A visita inesperada desencadeou uma piora significativa em Nilda, que precisou ser transferida para o Sanatório Bahia, saindo sedada do Amepe e enviada diretamente para a enfermaria. Sua mãe e sua irmã relataram ao médico do referido sanatório que Nilda “estava com depressão, chorando, dizendo que ia morrer, sendo necessário chamar o médico. Ela sempre dizendo que ia morrer, que estava ficando roxa. Não vinha comendo e se queixava também que via pessoas dentro do quarto, soldados, sempre pessoas do sexo masculino” (Dossiê de Nilda, 1996, p. 34).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Ainda que Leônia e o advogado de Nilda tivessem relatado as circunstâncias da morte de Nilda, em 14 de novembro de 1971, de alguma forma existe uma lacuna do não dito, ou de suspensão. As narrativas são fragmentadas e as lacunas se configuram no imaginário daqueles e daquelas que se debruçam sobre os documentos. Encontra-se nos registros do Sanatório da Bahia que às “8 horas e 10 minutos fomos solicitados com urgência para auxiliar a enfermagem, onde se encontrava a paciente e, ao chegarmos, encontramos-la sem nenhum sinal de vida”. A explicação da morte repentina de Nilda tornou-se uma incógnita a todos, inclusive para seu médico, o dr. Saback, que, em suas visitas, nos dias 8, 11 e 13 de novembro, teria notado uma melhora psíquica na moça e reduzido sua medicação, segundo ele “seu estado físico encontrava-se ‘nos limites da normalidade’”. O resultado da necropsia solicitada pelo médico realizada no corpo de Nilda, no Nina Rodrigues, só foi revelado quarenta dias após a morte, com um laudo de “edema cerebral a esclarecer e excesso de barbitúricos no sangue”. Diagnóstico que deixou em suspense as causas da morte de Nilda.

A trajetória de Nilda durante a ditadura militar mostra o quanto esse processo foi cruel e perverso. A censura política, o silenciamento das vozes tirava do povo brasileiro da época o direito de falar, de se expressar. Nilda era apenas uma jovem com ideias fortes e que, corajosa, ousara lutar contra aqueles que detinham o poder. A vida da jovem Nilda foi interrompida pela repressão agressiva do governo autoritário, infelizmente outros jovens e estudantes foram mortos e torturados no país.

A morte prematura de Nilda abalou as estruturas de sua família. Sua mãe, Esmeraldina de Carvalho Cunha, também foi símbolo de resistência à ditadura militar e lutou pela memória de sua filha. Desde que soube da prisão de Nilda, Esmeraldina viveu a saga pela busca de informações sobre o paradeiro da filha, foi chantageada pelos militares, na ocasião em que Nilda se encontrava incomunicável; a ela foi feita uma proposta para que reatasse o casamento com seu ex-esposo, condição para que Nilda fosse libertada, fato que não aconteceu por negação do senhor Tibúrcio Alves Cunha. Esse fato na história de Esmeraldina mostra o machismo e autoritarismo do homem naquela época. Nesse sentido, existe um silenciamento sobre o papel do pai de Nilda nessa história, ele não é citado pelos personagens, aparece apenas na condição estabelecida pelos militares, para libertar Nilda. Desse modo, fica a interrogação: o que desejavam com esse reestabelecimento do casamento? Essa figura masculina poderia deter essas mulheres?



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Quando, após a morte de Nilda, Esmeraldina buscou incansavelmente investigar o ocorrido, encontrou pelo caminho o silêncio e as ameaças da opressão, porém não deixou de buscar por respostas e de mostrar às pessoas o que os jovens presos sofriam na época.

Depois de sair da internação no Sanatório Ana Nery, Esmeraldina passou a denunciar a morte de sua filha.

Inicialmente, procurou os médicos do hospital onde Nilda ficara internada, no entanto, não encontrou ninguém que pudesse esclarecer os motivos que levaram sua filha à morte. Andava pelas praças públicas e ruas da cidade chorando e gritando acusações contra o exército sobre a morte de Nilda após terem-na torturado (Comissão Estadual da Verdade, 2013-2016, p. 705).

O contexto era de uma família enlutada e sofrendo com a perseguição, o monitoramento e a opressão política, o medo de falar o que estava “engasgado na garganta”, de modo que diversos outros fatos ocasionaram uma crise nervosa em Esmeraldina, a qual, hospitalizada, encontrou o Dr. Raribé (diretor do Hospital, demitido, de onde Nilda estivera internada). Este a acolheu, abraçou e deu pistas sobre a morte de sua filha, embora não tenha sido claro sobre as evidências da morte de Nilda, conforme narra Leônia, em uma conversa que teve com sua mãe:

“[...] estava na fila do lanche e encontro o Dr. Raribé, (diretor do Hospital, demitido, aonde Nilda estivera internada), quando me viu veio ao meu encontro e perguntou — “minha velha, que está fazendo aqui?” abraça-a e ouve então, “está vendo dr. O que a morte da minha filha fez comigo?”. Abraçando-a sai a caminhar com ela. Então relata que ouve a seguinte resposta, enquanto lágrimas corriam no rosto do referido médico: “DEUS É TESTEMUNHA QUE EU NÃO QUERIA AQUILO, SÓ DEUS SABE O QUE FIZ PARA EVITAR, EU NÃO QUERIA AQUILO, SÓ DEUS SABE O QUE FIZ PARA EVITAR!”. Tanto falara a verdade que lhe custou o cargo, hoje tem consultório aqui em Salvador, sua postura no caso foi honrada, digna e corajosa, o mesmo não posso afirmar do Dr. Eduardo Saback (Dossiê de Esmeraldina, 2004, p. 04).

Esmeraldina foi uma mãe guerreira que não desistiu de lutar, protestava em praças públicas e ruas de Salvador, onde era ouvida por populares e onde desmascarava as torturas e mortes disparadas pelo governo. Chegou a ser detida pela Rádio Patrulha, levada à Sec. de Segurança Pública e liberada, nem as ameaças recebidas à porta de sua casa puderam calar sua voz.

Esmeraldina foi encontrada morta, aos quarenta anos, em sua residência, na rua do Chame-Chame, 75-Á, em 20 de outubro de 1972, como relata Leônia. Ela se encontrava sozinha em sua



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

residência, quando foi encontrada morta pela filha Lubélia Cunha Costa Pinto e seu noivo Arivaldo Montenegro da Costa Pinto, “enforcada com o fio de uma máquina elétrica”.

[...]. Foram encontradas marcas de sangue no chão, não houve deslocamento da carótida, mal trazia marca do fio no pescoço, tumefação da face (face arroxeadas), nem projeção da língua para fora, indícios determinantes da morte por asfixia, havia apenas uma suave marca do fio no seu pescoço. Pesava então em torno de 70kg; - Não fomos, familiares, filhas e esposo ouvidos nem tivemos acesso ao Inquérito Policial (Dossiê de Esmeraldina, 2004.p. 4).

A morte de sua filha, barbaramente torturada, mexeu com o aspecto psicológico de Esmeraldina, servindo de desculpas para seu atestado de morte ser justificado como suicídio, em um dia normal, em que ela havia saído para comprar móveis; uma morte planejada e executada por aqueles responsáveis por um regime cruel e perverso, uma morte improvável sem vestígios, sem direitos de protestar, investigar ou ter acesso ao processo. Suas quatro filhas tiveram que enfrentar mais um trauma na vida, perder uma mãe, pouco tempo depois da morte de sua irmã (Dossiê da morte de Esmeraldina, 2004). A comissão Estadual da Verdade concluiu que Esmeraldina Carvalho Cunha morreu não por suicídio, mas por uma ação dos agentes do Estado Brasileiro.

A história de Esmeraldina representa a força e garra de muitas mães desse período, mães que viram seus filhos serem torturados e mortos. “A maternidade é um momento e um estado. Muito além do nascimento, pois dura toda a vida da mulher” (Perrot, 2007, p. 69). Ser mãe é cuidar e resistir, é lutar incansavelmente pela justiça, pela honra de seu filho, assim como fez Esmeraldina por sua filha Nilda.

Os recursos narrativos aos quais Leônia lança mão para elaborar os dossiês referentes à morte de Nilda e de Esmeraldina talvez sejam a única maneira encontrada para dar forma, sentido ao reviver a experiência traumática de muitos anos depois do acontecido à família Cunha. Os dossiês contam o que Leônia deseja tornar público, denunciar, mas entende-se que eles também são construídos no silêncio que reside no vivido pelas outras mulheres da família, porque neles são lidos muitos outros traumas, denúncias são reveladas.

Os traumas com os quais a família Cunha tem vivido, desde a morte da irmã que foi libertada “para morrer, porque sabia demais”, aparecem como denúncia contra a tortura ao corpo feminino e representam um documento histórico, idealizado por e para mulheres que buscam reconstituir a memória do período e denunciar a misoginia praticada pelos agentes do Estado brasileiro.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

4. Considerações Finais

A recuperação dos fatos da história da Ditadura Militar no Brasil, que pendurou por anos e deixou marcas na sociedade brasileira, com base nas fontes localizados nos arquivos, sejam eles arquivos físicos, on-line, produções científicas, permite-nos contar uma história sobre a participação feminina, cujas vozes foram silenciadas durante décadas. Dessa maneira, objetivamos, neste artigo, contar a história de uma família baiana formada por seis mulheres, que residiram em Salvador-BA e vivenciaram na “pele” a crueldade desse regime autoritário. Assim como as mulheres da família Cunha, muitas são as que tiveram sua história escondida, omitida e que tiveram a sua vida e de muitos dos seus familiares ceifadas.

Além dos medos, traumas, represálias, suas histórias foram silenciadas por um Estado repressor, onde qualquer atuação de oposição ou resistência colocava os sujeitos sob a nomeação de subversivos. E a história se encarregou de manter o silêncio, relegando-as ao anonimato. Diante disso, ao longo de nossa investigação, surgiram questionamentos, interrogações: quem foram as mulheres da família Cunha? As mulheres militantes que ninguém notou? Como a história da ditadura militar na Bahia (e no Brasil) representa essas mulheres, sujeitos de uma história de participação na resistência à ditadura civil militar brasileira?

Em razão do silêncio a que são impostas as experiências de vida, bem como as diversas formas de representações do papel feminino inscritos nas experiências históricas, empreendemos uma reflexão a respeito dessas mulheres militantes, combatentes, não só da família Cunha, mas a partir destas, cujas histórias não se encontram em lugar nenhum. Como vimos, Nilda foi uma corajosa adolescente inspirada por sua irmã a integrar os movimentos de resistência à ditadura; sua mãe, Esmeraldina, foi um símbolo de resistência ao lutar pela memória de sua filha, em busca de respostas e protestando em praças públicas e ruas de Salvador; Leônia, por sua vez, tornou-se portadora da voz e do silêncio que constituem a história de uma família de seis mulheres quase totalmente destroçada pela repressão e violência, visto que suas outras irmãs sofrem as consequências disso. Uma voz que ora fala, ora silencia; um silêncio que ora cala, ora revela mais que palavras.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Assim, as narrativas analisadas na perspectiva do olhar das mulheres, descritas nesses dossiês, remetem-nos ao questionamento dos silenciamentos impostos às suas experiências, que se originam do sofrimento pelos traumas das torturas, tanto por parte da que foi presa, da protegida, da que busca respostas, da que se culpa, da que foi assediada sexualmente.... No entanto, os documentos ditos “oficiais” não registram essas histórias, como se essas mulheres não tivessem um papel relevante a fim de romper o silenciamento histórico que apaga o protagonismo das mulheres, cuja atuação é negada pelo Estado, ou pelas próprias organizações revolucionárias.

Portanto, neste artigo, ressaltamos a urgência de dar destaque às experiências individuais, ao tomar como exemplo as vivências da família Cunha, numa perspectiva do campo da coletividade, ou seja, partindo do depoimento individual, uma vez que acreditamos que essa seja a única possibilidade de pensar o coletivo social. Enfim, as narrativas aqui mencionadas, para além da contação de fatos que marcaram a história, constituem uma denúncia contra a submissão feminina, contra a violência ao corpo da mulher, contra o silêncio imposto por aqueles que detêm o poder e, ainda, a possibilidade de construção de uma memória referente ao papel da mulher na história do Brasil.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Item 311 - Dossiê sobre o pedido de indenização dos familiares de Esmeraldina Carvalho Cunha a comissão de mortos e desaparecidos políticos, 2004. Disponível em: <http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/comissao-estadual-da-verdade>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Item 313 - Dossiê sobre o pedido de indenização dos familiares de Nilda Carvalho Cunha a comissão de mortos e desaparecidos políticos, 1996. Disponível em: <http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/comissao-estadual-da-verdade>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Item 03 - Relatório das atividades realizadas pela Comissão Estadual da Verdade. Relatório de atividades: agosto/2013- abril/2016. Salvador, 2016. v. 1. Relatório das atividades realizadas pela Comissão Estadual da Verdade. - Ica-AtoM APEB (fpc.ba.gov.br). Acessado em: 15 ago. 2022.

CARUTH, Cathy. Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória). In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação: Ensaio**. São Paulo, SP: Escuta, 2000. p. 111-136.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, p. 1-11, 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf. Acesso em: 11 jul. 2019.

COLLING Ana Maria; CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. Militantes e guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. **Revista Espacialidades**, v. 15, n. 01, p. 47-61, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2019v15n01ID19186>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19186>. Acesso em: 15 jul. 2024.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. 1. Ed. São Paulo: Global, 1980.

KMITTA, Ilsyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN Tânia Regina (Orgs.). **Mulheres na ditadura: agenciamentos de lutas e resistências**. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

MACHADO, Vanderlei. Memória e livros didáticos: as mulheres contra a ditadura. **X Encontro Nacional de História Oral**, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270416340_ARQUIVO_Livrodidaticoememoria.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

PATARRA, Judith Liebllich. **Iara, história e cotidiano**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **RIDH**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. 9. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/viewFile/173/97>. Acesso em: 12 jul. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 505-522, Jul.-Dez. 2015.

THOMPSON, Edward. P. **A história vista de baixo**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>

Recebido em julho de 2024.

Aprovado em agosto de 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 174-198, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263820>